

## **1. Contexto operacional**

Fundada em 6 de março de 1969, localizada em São Paulo na Rua Iaiá, 126, a Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S/A ("Companhia") é uma sociedade de economia mista sob o controle acionário do Estado de São Paulo.

A Companhia opera e administra os sistemas de travessias litorâneas de São Sebastião/Ilhabela; Cananéia/Continente; Cananéia/Ilha Comprida; Iguape/Juréia; Cananéia/Ariri; Bertioga/Guarujá; Santos/Guarujá e Praça da República (Santos)/ Vicente de Carvalho (Guarujá), todas dentro do Estado de São Paulo.

Atualmente, a Companhia é responsável pela implantação do trecho Norte do Rodoanel Mario Covas, pela implantação do empreendimento Nova Tamoios trecho Contornos e pela construção do túnel Submerso que ligará os municípios Santos e Guarujá.

Desde o exercício de 2012, a Companhia vem prestando serviços técnicos especializados na área de infraestrutura de transportes.

## **2. Base de apresentação**

### ***(a) Apresentação das demonstrações financeiras***

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, se aplicáveis, ocorrerão a partir de janeiro de 2015.

### ***(b) Declaração de conformidade***

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 23 de março de 2015, foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

**(c) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável.

**(d) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**(e) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua pela Administração da Companhia. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que tais estimativas são revistas e quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 08 – Créditos com órgãos de Governo
- Nota 09 – Depreciação do ativo imobilizado
- Nota 11 – Provisão para contingências
- Nota 15 – Mensuração de instrumentos financeiros

**(f) Mudança nas políticas contábeis**

Com o advento da adequação de seu objeto social ocorrido em 30 de abril de 2014, a Companhia é uma sociedade de economia mista, atuante na gestão de empreendimentos de implantação de infraestrutura de transporte.

Sua atuação nos diversos empreendimentos é regulada mediante Convênios administrativos, sobre os quais a Procuradoria Geral do Estado e o Conselho de Defesa dos Capitais do Estado firmaram as seguintes premissas:

*Em milhares de Reais*

A DERSA é mera executora da obra – referidos empreendimentos constituem obras públicas do Estado, não integrante do ativo da empresa, o que impede que os recursos a ela destinados para a execução do empreendimento, embora transitem por sua contabilidade, integrem sua receita operacional e resultado;

Referidos recursos devem ser segregados em conta(s) específicas(s), com saldo patrimonial nulo;

É vedada a transferência indireta de recurso, mediante dotações no orçamento destinadas à Companhia por meio de emissão de títulos de qualquer espécie (subscrição de ações, emissão de debêntures, etc).

Os recursos financeiros recebidos para a consecução dos empreendimentos são feitos mediante convênios, bem como suas obrigações presentes são reconhecidas contabilmente em contas patrimoniais específicas ("Convênios"), que são conciliadas e deverão, ao término do empreendimento, apresentar saldo patrimonial nulo, pois os valores aplicados no ativo corresponderiam à liquidação das obrigações vinculadas.

Até o exercício de 2013, a Companhia contabilizava as contingências passivas advindas de desapropriação dos Trechos Oeste e Sul do Rodoanel dentro de resultado e, sua contrapartida era no seu Passivo não Circulante – Provisões para contingências.

Por esse critério contábil, uma vez concretizada a expectativa provisionada no Passivo Circulante, esse valor resultaria em um saldo devedor na Conta Convênio e, conseqüentemente, não resulta em saldo nulo na Conta Patrimonial.

Ou seja, pelo critério acima adotado, mesmo após o pagamento da contingência, a conta "Convênio" no ativo da DERSA não estaria zerada e, poderia conter um crédito equivalente ao valor pago pela Fazenda do Estado de São Paulo.

Antes da celebração do "Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e outras Avenças", em março de 2014, o contingenciamento de ações de desapropriação relativas aos empreendimentos conveniados lançados no passivo da DERSA eram compensados, ou melhor, abatidos, contra os valores de capital próprio investidos pela Companhia no mesmo empreendimento. Após a celebração do referido "Termo", com o saldo das contas Convênio zerados, a manutenção deste critério de contabilização resultaria na produção de um saldo devedor na conta "Convênio".

O equilíbrio alcançado no Encontro de contas firmado com o Governo do Estado de São Paulo, mais precisamente na questão sobre o saldo nulo da conta Convênio, somente será mantido caso se adeque o critério da contabilização das contingências passivas referente às desapropriações do Rodoanel Trechos Oeste e Sul.

No exercício de 2014, mediante a reclassificação contábil, o reconhecimento das provisões passivas vinculadas aos Convênios dos referidos trechos serão lançadas a débito na Conta de Créditos com Órgãos do Governo - Convênios (Ativo Não Circulante), ao invés de serem lançadas contra o resultado e, em contrapartida, o crédito será provisionado na Conta de Provisão para Contingências (Passivo não Circulante), conforme nota explicativa n.º 11.

Nestes termos, a reclassificação deriva da obrigação legal da empresa de aplicar às suas demonstrações financeiras a interpretação que foi dada por seu acionista controlador, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, e da Procuradoria Geral do Estado acerca do papel da DERSA na execução de empreendimentos quando atua no gerenciamento de obras mediante convênios.

#### ***(g) Reclassificações e ajustes de períodos anteriores***

As demonstrações contábeis correspondentes de 31 de dezembro de 2013 originalmente publicadas em 23 de abril de 2014, e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2013 do balanço patrimonial (que foram derivados das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012), estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia.

#### **Descrição das reclassificações:**

Considerando que:

No exercício de 2011, conforme nota explicativa n.º 8 (e), foi reavaliada a natureza dos valores recebidos pela Companhia em decorrência do Termo de Ajuste firmado com o DER – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM;

No exercício de 2014 a equipe técnica da DERSA revisou a metodologia aplicada sobre os valores objeto de recuperação de despesas nos Convênios administrados pela Companhia.

Foi detectado um erro no reconhecimento de valores a receber do DER a maior, no montante de R\$ 148.037, os quais estão sendo ajustados nestas demonstrações financeiras.

A administração da Companhia revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos das demonstrações contábeis.

**DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A**

*Em milhares de Reais*

Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações financeiras originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora reapresentadas:

	31 de dezembro de 2013			01 de janeiro de 2013		
	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>	706.281	-	706.281	1.048.582	-	1.048.582
	<u>706.281</u>	<u>-</u>	<u>706.281</u>	<u>1.048.582</u>	<u>-</u>	<u>1.048.582</u>
<b>Não Circulante</b>						
Créditos com órgãos do governo	1.981.620	(148.037)	1.833.583	3.880.293	(148.037)	3.732.256
Depósitos judiciais	51.396	-	51.396	50.000	-	50.000
Outras contas a receber	13.276	-	13.276	7.954	-	7.954
	<u>2.046.292</u>	<u>(148.037)</u>	<u>1.898.255</u>	<u>3.938.247</u>	<u>(148.037)</u>	<u>3.790.210</u>
Investimentos	73	-	73	85	-	85
Imobilizado	407.078	-	407.078	340.065	-	340.065
Intangíveis	971	-	971	180	-	180
	<u>408.122</u>	<u>-</u>	<u>408.122</u>	<u>340.330</u>	<u>-</u>	<u>340.330</u>
Total do Ativo não Circulante	<u>2.454.414</u>	<u>(148.037)</u>	<u>2.306.377</u>	<u>4.278.577</u>	<u>(148.037)</u>	<u>4.130.540</u>
	<u><u>3.160.695</u></u>	<u><u>(148.037)</u></u>	<u><u>3.012.658</u></u>	<u><u>5.327.159</u></u>	<u><u>(148.037)</u></u>	<u><u>5.179.122</u></u>

	31 de dezembro de 2013			01 de janeiro de 2013		
	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>	276.135	-	276.135	215.140	-	215.140
	<u>276.135</u>	<u>-</u>	<u>276.135</u>	<u>215.140</u>	<u>-</u>	<u>215.140</u>
<b>Não Circulante</b>	1.021.901	-	1.021.901	3.368.385	-	3.368.385
	<u>1.021.901</u>	<u>-</u>	<u>1.021.901</u>	<u>3.368.385</u>	<u>-</u>	<u>3.368.385</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital social	10.675.743	-	10.675.743	10.675.743	-	10.675.743
Prejuízos acumulados	(8.813.084)	(148.037)	(8.961.121)	(8.932.109)	(148.037)	(9.080.146)
	<u>1.862.659</u>	<u>(148.037)</u>	<u>1.714.622</u>	<u>1.743.634</u>	<u>(148.037)</u>	<u>1.595.597</u>
	<u><u>3.160.695</u></u>	<u><u>(148.037)</u></u>	<u><u>3.012.658</u></u>	<u><u>5.327.159</u></u>	<u><u>(148.037)</u></u>	<u><u>5.179.122</u></u>

### 3. Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo tem sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**i. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

**ii. Receitas de Serviços**

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das travessias litorâneas;

As receitas de prestação de serviços técnicos são reconhecidas quando um serviço é executado.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

**iii. Instrumentos financeiros**

**a) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos:

**Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

**Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber, créditos com órgãos do governo e outros créditos.

**b) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, dívidas com órgãos do governo e outras contas a pagar.

**c) Capital Social****Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais, quando houver, diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações serão reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

**iv. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados nas questões de obrigações de curto prazo.

**v. Ativos financeiros disponíveis para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

**vi. Ativo imobilizado****Reconhecimento e mensuração**

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os custos de ativos construídos pela Companhia incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração.



Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### **Depreciação**

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

### **vii. Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

### **viii. Redução ao valor recuperável - Impairment**

#### **Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

**Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não identificou a necessidade de provisão ao valor recuperável sobre seus ativos financeiros ou não financeiros.

**ix. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**x. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

***xi. Benefícios de longo prazo a empregados***

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado.

Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

***xii. Receitas e despesas financeiras***

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros.

***xiii. Subvenções***

Uma subvenção governamental é reconhecida como uma conta redutora de um ativo relacionado a esta subvenção.

***xiv. Resultado por ação***

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir os resultados por ação.

***xv. Demonstração de Valor Adicionado***

A Companhia elaborou e está apresentando voluntariamente as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas.

## 4. Gerenciamento de riscos financeiros

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processo para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de Capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

### a. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto.

No que tange os Créditos a Receber junto aos Órgãos do Governo, conforme mencionado na nota explicativa n.º 8, a Companhia avalia que o risco de crédito relativo a esses valores é substancialmente irrelevante.

A exposição máxima da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 2.788.456 (dois bilhões, setecentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais).

### b. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros, recursos do Estado que a Companhia faz para completar as obras sob seu gerenciamento. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado de capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de desembolsos *versus* as previsões de entradas de recursos.

A exposição máxima da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 596.873 (quinhentos e noventa e seis milhões, oitocentos e setenta e três mil reais).

### Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e, manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de suas obrigações e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Caixa	31	31
Numerários em trânsito	443	749
Bancos conta movimento	<u>48.176</u>	55
	<u>48.650</u>	<u>835</u>

## 6. Outros investimentos

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Aplicações financeiras	<u>480.912</u>	<u>694.158</u>
	<u>480.912</u>	<u>694.158</u>

As aplicações financeiras referem-se aos fundos de investimentos de renda fixa (FIF – TESOURO, lastreados em títulos públicos federais), remunerados à taxa média anual de 10,6% em 2014 (7,99% em 2013).

Essas aplicações estão representadas substancialmente por recursos advindos de Entes Públicos, partícipes de Convênios, principalmente de financiamentos contraídos pelo Governo do Estado de São Paulo, com destinação específica para a consecução dos Convênios e, são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 7. Contas a receber

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.(a)	4.453	2.304
Visanet	255	255
Dbtrans	144	144
Outras contas a receber	<u>211</u>	<u>62</u>
	<u>5.063</u>	<u>2.765</u>

- (a) Refere-se a valores de tarifas de pedágio cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais são repassados a Companhia no período subsequente.

A Companhia não tem apresentado histórico de perdas em suas contas a receber, razão pela qual, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em 31 de dezembro de 2014.

## **8. Créditos com órgãos do governo**

A Companhia possui créditos junto a órgãos governamentais, conforme segue:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Governo do Estado de SP (a)	1.718.297	1.822.620
Rodoanel Metropolitano Mario Covas (b)	132.947	(538.842)
Convênio Complexo Viário Jacu Pêssego (c)	263.421	409.697
Convênio Marginal Tietê (d)	94.567	206.790
DER – Gerenciamento de obras (e)	5.834	2.921
DER – Convênio Plano Des. Zona Leste (f)	(16.160)	(12.287)
DER – Convênio Nova Tamoios Planalto (g)	2.105	76.747
DER – Convênio Túnel Submerso (h)	(2.453)	1.047
DER – Convênio N.Tamoios Contornos (i)	(33.648)	(1.408)
Outros	11	11
Salários a recuperar (j)	<u>26.742</u>	<u>14.324</u>
	<u>2.191.663</u>	<u>1.981.620</u>

### **a. Governo do Estado de São Paulo – Corredores D. Pedro I, Ayrton Senna/Carvalho Pinto.**

O Decreto estadual no 53.107, de 13 de junho de 2008, que alterou o Decreto no 52.188, de 21 de setembro de 2007, autorizou a concessão onerosa dos serviços públicos de infraestrutura de transporte relativos às Rodovias D. Pedro I e o Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, importando, assim, o término antecipado da exploração, pela DERSA, das referidas Rodovias, que deveria ocorrer até o ano de 2023.



**DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A**

*Em milhares de Reais*

Em 21 de novembro de 2008 o Procurador Geral do Estado, nos termos do Despacho GPG e seu Despacho Aditivo, ambos proferidos nos autos do Processo 18487-815274/2008, manifestou entendimento no sentido de que apesar de ter a DERSA agido na qualidade de delegatária, e não concessionária de serviço público privado, com a retomada dos serviços públicos pelo Estado (mais precisamente pelo DER), dos Corredores Ayrton Senna, Carvalho Pinto e D. Pedro I, deveria ser celebrado um termo de ajuste de indenização a esta Companhia pela encampação dos serviços, após a realização de perícia para apuração do montante a ser indenizado.

Diante do Parecer supracitado a DERSA contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), que apurou o valor contábil líquido dos ativos da DERSA relacionados às rodovias D. Pedro I, Ayrton Senna, Carvalho Pinto e Caminho do Mar.

Concluído o laudo da FIPECAFI, foram iniciadas as tratativas para um encontro de contas que pudesse consolidar os créditos e débitos recíprocos entre o DER, a DERSA e o Estado de São Paulo, de maneira a permitir, a quitação recíproca destes valores, bem como propiciar os ajustes contábeis advindos desta celebração.

Após análises e avaliações as partes formataram um "Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças", celebrado entre a DERSA, o DER, e o Estado de São Paulo, consolidando créditos e débitos recíprocos.

Foi excluído do montante da indenização devida à DERSA o valor apurado pela FIPECAFI pela reassunção pelo DER da Rodovia Caminho do Mar, consoante análise específica sobre o tema, realizada pela Procuradoria Geral do Estado.

Considerando:

Que a Companhia era credora do DER no valor de R\$ 2.637.997, relativo às concessões dos corredores D. Pedro I, Ayrton Senna/Carvalho Pinto e da Rodovia Caminho do Mar;

Que a Companhia era credora do ESTADO de São Paulo no valor de R\$ 517.358, correspondente ao potencial de crédito detido pela DERSA em face do ESTADO em função da aplicação de recursos próprios no empreendimento Rodoanel (Trechos Sul e Oeste);

Que o DER era credor da Companhia no valor de R\$ 39.868 (trinta e nove milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), relativo à dívida de cupons.

Que o ESTADO DE São Paulo era credor da Companhia do valor de R\$ 532.891, oriundo dos créditos vinculados a extinta Companhia Paulista de Ativos - CPA;



**DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A**

*Em milhares de Reais*

Que a Companhia recebeu o montante de R\$ 922.005 (novecentos e vinte e dois milhões e cinco mil reais), a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, não convertidos em subscrição e não contemplados no patrimônio líquido da Companhia;

O referido termo de reconhecimento foi objeto de convalidação pelo DCA – Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Os saldos em abertos podem ser assim demonstrados:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Corredor D. Pedro I	938.797	938.797
Corredor Ayrton Senna/ Carvalho Pinto	883.823	883.823
Convênio Pref. São José dos Campos (I)	10.785	-
Valores recebidos	<u>(115.108)</u>	<u>-</u>
<b>Saldo a receber</b>	<b><u>1.718.297</u></b>	<b><u>1.822.620</u></b>

**(I) Convênio com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos (PMSJC)**

Refere-se ao Convênio celebrado em 19 de dezembro de 2005, entre a Companhia e a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, com o objetivo de executar as obras localizadas na ligação entre as Rodovias Presidente Dutra e Governador Carvalho Pinto.

No exercício de 2013 a DERSA submeteu à análise da Procuradoria Geral do Estado à possibilidade de ser ressarcida pelos dispêndios por ela suportados para a construção do empreendimento objeto do referido convênio.

Em resposta a consulta formulada, quanto à possibilidade de ressarcimento dos valores despendidos, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, através do parecer Manif-GPG-CEF nº 135/2013, se manifestou que os valores despendidos no referido Convênio após a concessão da Rodovia Carvalho Pinto, deverão ser integralizados ao saldo a receber dos Corredores Ayrton Senna/Carvalho Pinto.

Os valores desembolsados pela Companhia no referido Convênio, foram reclassificados para a conta créditos com órgãos do governo, no ativo não circulante, na rubrica Corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto.



**b. Rodoanel Mario Covas**

A Portaria Intergovernamental nº 3, em 12 de janeiro de 1998 designou a Companhia como agente executor do empreendimento RODOANEL. Na mesma data, foi firmado o Protocolo de Intenções celebrado pela União, Estado de São Paulo e Município de São Paulo, com o objetivo de viabilizar a consecução da obra. A União e o Estado de São Paulo firmaram, em 30 de abril de 1999, o Termo de Compromisso nº 04/99, cujo objeto traduz-se no apoio financeiro do Ministério dos Transportes ao Estado de São Paulo para consecução do projeto, obras e serviços necessários à implantação do RODOANEL.

A Companhia consoante o Termo de Compromisso coube promover a execução das obras, coordenar, fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos de obras e projetos do RODOANEL, efetuar os pagamentos decorrentes da execução do Convênio, aplicar os recursos financeiros repassados pelos órgãos Federais e Estaduais, apresentando o demonstrativo da correta aplicação dos recursos, entre outras atividades.

**Trecho Sul e Oeste**

A Companhia, até o exercício de 2013, contabilizava as contingências passivas advindas de desapropriação dos Trechos Oeste e Sul do Rodoanel dentro de resultado e, sua contra partida era no seu Passivo não Circulante.

Conforme descrito em nota explicativa n.º 2(f), a partir deste exercício a Companhia alterou o critério de reconhecimento das provisões para contingências vinculadas aos Trechos Sul e Oeste do Rodoanel, sendo assim, os saldos provisionados estão sendo lançados nas contas de Convênios (Ativo Não Circulante) e, sua contrapartida permanece no Passivo Não Circulante, conforme nota explicativa n.º 11.

**Trecho Norte**

O ultimo elo a ser construído, o Trecho Norte do Rodoanel Mario Covas, desenvolve-se a partir do final do Trecho Leste no trevo de interseção com a rodovia Presidente Dutra (município de Arujá) e início do Trecho Oeste, na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (município de São Paulo), passando também pelo município de Guarulhos, interligando com o Aeroporto Internacional de Guarulhos e a rodovia Fernão Dias, com extensão aproximada de 44,0 km. O acesso ao aeroporto de Guarulhos tem extensão da ordem de 3 km.

Até o exercício de 2014, a Companhia recebeu recursos da União Federal, e o saldo perfaz o montante de R\$ 960.000 (novecentos e sessenta milhões de reais).

Os saldos em aberto do referido Convênio podem ser assim demonstrados:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Trecho Oeste e Sul</b>		
Prov. Desapropriações – Trecho Oeste	217.803	-
Prov. Desapropriações – Trecho Sul	247.245	-
<b>Prov. Desapropriações Convênios</b>	<b><u>465.048</u></b>	<b>=</b>
<b>Trecho Norte</b>		
Obras e serviços	717.894	496.653
Recursos recebidos da União Federal	(960.000)	(960.000)
Recursos recebidos do DER	(47.790)	(33.290)
Recursos recebidos Estado de São Paulo	<u>(42.205)</u>	<u>(42.205)</u>
<b>Créditos a (aplicar) receber – Trecho Norte</b>	<b><u>(332.101)</u></b>	<b><u>(538.842)</u></b>
<b>Créditos a realizar – Total</b>	<b><u>132.947</u></b>	<b><u>(538.842)</u></b>

**c. Convênio complexo viário Jacu - Pêssego**

Refere-se ao Convênio celebrado em 29 de dezembro de 2005 entre a Companhia, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo (SIURB) e a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), com o objetivo de viabilizar a execução de obras e serviços do “Complexo Viário Jacu Pêssego” e a implantação de corredores viários de conexão com as principais rodovias estaduais.

Por esse instrumento, o Governo do Estado de São Paulo, por si ou por intermédio da Companhia, é responsável pela execução, pelo acompanhamento e pela fiscalização das obras e dos serviços mobilizando o pessoal necessário e tomando todas as providências necessárias para operacionalizar o projeto.

A Companhia foi responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar o projeto.

Todavia, conforme comentado na nota explicativa nº 8 (e), a Companhia está sendo ressarcida das despesas incorridas por esse serviço.

Os recursos recebidos pela Companhia vêm sendo repassados por intermédio do DER.

A movimentação do Convênio Complexo Viário Jacu Pêssego e os saldos em aberto podem ser assim demonstrados:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Recursos recebidos do Estado e Município	(2.240.552)	(2.148.569)
Obras e serviços executados	<u>2.503.973</u>	<u>2.558.266</u>
Saldo a recuperar	<u>263.421</u>	<u>409.697</u>

#### **d. Convênio de Adequação Viária da Marginal Tietê**

Em 25 de fevereiro de 2008, foi celebrado entre a Companhia, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a Secretaria de Infra-estrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo (SIURB) e a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), Convênio que tem por objetivo a execução das obras e serviços.

A Companhia foi responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar o projeto. Todavia, conforme comentado na nota explicativa nº 8 e, a Companhia está sendo ressarcida das despesas incorridas por esse serviço.

Os saldos em aberto do Convênio podem ser assim demonstrados:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Recursos recebidos do Estado	(1.470.505)	(1.453.811)
Obras e serviços executados	<u>1.565.072</u>	<u>1.660.601</u>
Saldo a recuperar	<u>94.567</u>	<u>206.790</u>

#### **e. Departamento de Estradas de Rodagem – Gerenciamento de obras**

Em 02 de dezembro de 2009, a Companhia juntamente com o DER - Departamento de Estradas de Rodagem firmaram um termo de ajuste.

O referido termo estabeleceu um percentual a Companhia, a ser repassado pelo DER, a título de ressarcimento dos custos operacionais, pela realização dos empreendimentos que lhe forem atribuídos por delegação ou Convênios bem como a sua forma de repasse financeiro.

*Em milhares de Reais*

No exercício de 2011, foi reavaliada a natureza dos valores recebidos pela Companhia em decorrência do referido Termo de Ajuste e, considerando que as atividades da Companhia decorrem de Convênio não se caracterizando prestação de serviços, os valores recebidos a título de ressarcimento foram reclassificados do grupo de receitas operacionais para o grupo de recuperação de despesas.

A Companhia é responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar os projetos.

Desta forma, nestas demonstrações financeiras foram reconhecidas R\$ 53.926, relativo ao ressarcimento das despesas incorridas pela Companhia.

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Valores a receber do DER	53.926	45.450
Valores recebidos	<u>(48.092)</u>	<u>(42.529)</u>
Saldo a recuperar	<u>5.834</u>	<u>2.921</u>

**f. Convênio Plano de Desenvolvimento da Zona Leste do Município de São Paulo**

Refere-se ao Convênio celebrado em 18 de abril de 2011, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR), da Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), da Secretaria de Logística e Transportes (SLT), do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), da Companhia (DERSA) e do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPA), da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SMDU), da Secretaria de Infra-Estrutura e Obras (SIURB), da Secretaria de Transportes (SMT) e da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), objetivando a viabilizar a execução de obras previstas no Plano de Desenvolvimento da Zona Leste do Município de São Paulo.

A Companhia é responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar o projeto.

Todavia, conforme comentado na nota explicativa nº 8 e, a Companhia está sendo ressarcida das despesas incorridas por esse serviço.

Os recursos recebidos pela Companhia vêm sendo repassados por intermédio do DER.

A movimentação do referido Convênio e os saldos em aberto podem ser assim demonstrados:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Recursos recebidos do DER	(360.240)	(329.240)
Recursos recebidos da PMSP	(55.138)	(33.660)
Obras e serviços executados	<u>399.218</u>	<u>350.613</u>
Saldo a (aplicar)	<u>(16.160)</u>	<u>(12.287)</u>

#### **g. Convênio Nova Tamoios - Planalto**

Refere-se ao Convênio celebrado em 27 de julho de 2011 entre a Companhia e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), objetivando a implantação do empreendimento rodoviário "NOVA TAMOIOS - PLANALTO", voltando à duplicação do trecho planalto da Rodovia dos Tamoios (SP-099), com extensão de aproximadamente 53 (cinquenta e três) quilômetros compreendidos entre as marcas quilométricas de 11,5 km e 64,4 km.

A Companhia é responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar o projeto.

Todavia, conforme comentado na nota explicativa nº 8 e, a Companhia está sendo ressarcida das despesas incorridas por esse serviço.

Os recursos recebidos pela Companhia vêm sendo repassados por intermédio do DER.

A movimentação do referido Convênio e os saldos em aberto podem ser assim demonstrados:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Recursos recebidos do Estado	(941.313)	(738.458)
Obras e serviços executados	<u>943.418</u>	<u>815.225</u>
Saldo a recuperar	<u>2.105</u>	<u>76.767</u>

**h. Convênio Submerso – Túnel Santos – Guarujá**

O Estado de São Paulo, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Companhia celebraram um convênio, estabelecendo diretrizes e atividades correlatas para implantação do Túnel Submerso ligando as cidades de Santos e Guarujá, com a transposição do canal de navegação do porto de Santos.

A Companhia é responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar o projeto.

Todavia, conforme comentado na nota explicativa nº 8 e, a Companhia está sendo ressarcida das despesas incorridas por esse serviço.

Os recursos recebidos pela Companhia vêm sendo repassados por intermédio do DER.

A movimentação do referido Convênio e os saldos em aberto podem ser assim demonstrados:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Recursos recebidos do DER	(57.483)	(12.954)
Obras e serviços executados	<u>55.030</u>	<u>14.001</u>
Saldo a (aplicar) recuperar	<u>(2.453)</u>	<u>1.047</u>

**i. Convênio Nova Tamoios - Contornos**

Refere-se ao Convênio celebrado em 02 de outubro de 2012 entre a Companhia e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), objetivando a execução de obras e serviços de implantação do empreendimento "NOVA TAMOIOS - CONTORNOS" nas cidades de CARAGUATATUBA e SÃO SEBASTIÃO.

O EMPREENDIMENTO irá implantar o Contorno Norte, com aproximadamente 6,2 Km o Contorno Sul, com 30,7 Km aproximadamente, cuja extensão total é de 36,9 Km.

O Contorno Norte, com 6,2 Km de extensão, está completamente localizado no município de Caraguatatuba. O traçado está compreendido entre a Rodovia Manuel Hypólito do Rego SP 055, nas proximidades da Rua Marginal Ipiranga e do rio Guaxinduba e a aproximação da interseção com a Rodovia dos Tamoios SP 099, junto ao rio Santo Antonio, no bairro Jaraguazinho.



**DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A**

*Em milhares de Reais*

O Contorno Sul, com 30,7 Km de extensão, está localizado nos municípios de Caraguatatuba e de São Sebastião. Inicia-se a partir do Contorno Norte, na interseção com a Rodovia dos Tamoios SP 099 e termina na junção com a Rodovia Manuel Hypólito do Rego SP 055, nas proximidades do Porto de São Sebastião.

A Companhia é responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar o projeto.

Todavia, conforme comentado na nota explicativa nº 8 e, a Companhia está sendo ressarcida das despesas incorridas por esse serviço.

Os recursos recebidos pela Companhia vêm sendo repassados por intermédio do DER.

A movimentação do referido Convênio e os saldos em aberto podem ser assim demonstrados:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Recursos recebidos do DER	(82.956)	(46.982)
Obras e serviços executados	<u>49.308</u>	<u>45.574</u>
Saldo a (aplicar)	<u>(33.648)</u>	<u>(1.408)</u>

#### **j. Salários a Recuperar**

Esses valores são substancialmente representados pelos créditos que a Companhia possui a receber de outros Órgãos ligados ao Governo do Estado de São Paulo pertinente a funcionários comissionados.

## 9. Imobilizado

	Prazo de depreciação (em anos)	2014			2013			01.01.2013
		Custo Histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	25	16.198	(11.737)	4.461	16.198	(11.413)	4.785	5.317
Móveis e utensílios	10	5.183	(3.685)	1.498	5.086	(3.325)	1.761	2.112
Máquinas e acessórios	10	126	(117)	9	126	(115)	11	14
Veículos	5	314	(314)	-	314	(314)	-	-
Instalações	10	1.030	(811)	219	915	(775)	140	162
Computadores e periféricos	5	6.888	(6.199)	689	6.900	(5.570)	1.330	1.290
Embarcações	20	200.866	(51.280)	149.586	154.709	(42.514)	112.195	112.390
Atracadouros	30	90.504	(24.355)	66.149	80.613	(20.467)	60.146	66.518
Equipamentos de arrecadação	10	60	(57)	3	60	(55)	5	7
Dolphins	70	9.230	(1.491)	7.739	3.390	(1.367)	2.023	2.217
Carreiras e carrinhos de docagem	25	4.981	(149)	4.832	-	-	-	-
Edificações/sinalização/reurbanização/ terraplenagem	20	8.526	(4.833)	3.693	8.526	(4.445)	4.081	4.576
Imobilizações em andamento	-	85.502	-	85.502	140.722	-	140.722	65.583
Terrenos	-	79.879	-	79.879	79.879	-	79.879	79.879
		509.287	(105.028)	404.259	497.438	(90.360)	407.078	340.065





**DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A**

*Em milhares de Reais*

**Movimentação do custo**

	01.01.2013	2013				2014			
		Adições	Baixas	Transf.	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Edifícios	16.198	-	-	-	16.198	-	-	-	16.198
Móveis e utensílios	5.064	48	(26)	-	5.086	-	(1)	98	5.183
Máquinas e acessórios	126	-	-	-	126	-	-	-	126
Veículos	314	-	-	-	314	-	-	-	314
Instalações	911	5	(1)	-	915	115	-	-	1.030
Computadores e periféricos	6.062	703	(54)	189	6.900	3	(15)	-	6.888
Embarcações	142.603	4.388	(2)	7.720	154.709	0	(3.822)	49.979	200.866
Atracadouros	80.302	-	-	311	80.613	-	-	9.891	90.504
Equipamentos de arrecadação	60	-	-	-	60	-	-	-	60
Dolphins	3.390	-	-	-	3.390	-	-	5.840	9.230
Carreiras e carrinhos de docagem	-	-	-	-	-	-	-	4.981	4.981
Edificações/sinalização/ reurbanização/ Terraplenagem	8.526	-	-	-	8.526	-	-	-	8.526
Imobilizações em andamento	65.583	83.439	(80)	(8.031)	140.911	15.380	-	(70.789)	85.502
Terrenos	79.879	-	-	-	79.879	-	-	-	79.879
<b>Imobilizado</b>	<b>409.018</b>	<b>88.583</b>	<b>(163)</b>	<b>189</b>	<b>497.627</b>	<b>15.498</b>	<b>(3.838)</b>	<b>-</b>	<b>509.287</b>
<b>Bens intangíveis</b>	<b>197</b>	<b>888</b>	<b>-</b>	<b>(189)</b>	<b>896</b>	<b>430</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.326</b>
	<b>409.215</b>	<b>89.471</b>	<b>(163)</b>	<b>-</b>	<b>498.523</b>	<b>15.928</b>	<b>(3.838)</b>	<b>-</b>	<b>510.613</b>

**Movimentação da depreciação / amortização**

	01.01.2013	2013			2014		
		Adições	Baixas	Depreciação/amortização	Adições	Baixas	Depreciação/amortização
Edifícios	(10.881)	(532)	-	(11.413)	(324)	-	(11.737)
Móveis e utensílios	(2.952)	(394)	21	(3.325)	(361)	1	(3.685)
Máquinas e acessórios	(112)	(3)	-	(115)	(2)	-	(117)
Veículos	(314)	-	-	(314)	-	-	(314)
Instalações	(749)	(27)	1	(775)	(36)	-	(811)
Computadores e periféricos	(4.772)	(840)	42	(5.570)	(643)	14	(6.199)
Embarcações	(30.213)	(12.302)	1	(42.514)	(10.163)	1.397	(51.280)
Atracadouros	(13.784)	(6.683)	-	(20.467)	(3.888)	-	(24.355)
Equipamentos de arrecadação	(53)	(2)	-	(55)	(2)	-	(57)
Dolphins	(1.173)	(194)	-	(1.367)	(124)	-	(1.491)
Carreiras e carrinhos de docagem	-	-	-	-	(149)	-	(149)
Edificações/sinalização/ reurbanização/ Terraplenagem	(3.950)	(495)	-	(4.445)	(388)	-	(4.833)
<b>Depreciação</b>	<b>(68.953)</b>	<b>(21.472)</b>	<b>65</b>	<b>(90.360)</b>	<b>(16.080)</b>	<b>1.412</b>	<b>(105.028)</b>
<b>Amortização intangíveis</b>	<b>(15)</b>	<b>(162)</b>	<b>-</b>	<b>(177)</b>	<b>(263)</b>	<b>-</b>	<b>(440)</b>
	<b>(68.968)</b>	<b>(21.634)</b>	<b>65</b>	<b>(90.537)</b>	<b>(16.343)</b>	<b>1.412</b>	<b>(105.468)</b>

## 10. Fornecedores

Está representado substancialmente por obrigações com empreiteiras decorrentes da construção, conservação e melhoramentos dos empreendimentos e travessias litorâneas sob jurisdição da Companhia. Os valores foram estabelecidos através de medições com base nos preços contratuais e, posteriormente, foram reajustados de acordo com o disposto no Decreto Estadual nº 27.133, de 26 de junho de 1987 e suas alterações.

A dívida total com os fornecedores pode ser demonstrada como segue:

<b>Circulante</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Obras e serviços Rodoanel (a)	42.176	37.321
Convênio Nova Tamoios Contornos (vide nota explicativa nº 8 i)	9.818	5.845
Internacional Marítima Ltda (b)	6.325	3.026
Convênio Nova Tamoios Planalto (vide nota explicativa nº 8 g)	3.502	73.198
S.E.R Serv. Engenharia (c)	1.318	4.072
Convênio Túnel Submerso (vide nota explicativa nº 8 h)	824	3.576
Convênio PMSP (vide nota explicativa nº 8 c/d)	761	251
Convênio Plano Des. Zona Leste (vide nota explicativa nº 8 f)	250	18.746
Construtora Cowan S/A (d)	-	64.249
Encalso Construções Ltda (e)	-	6.000
Outras empreiteiras e fornecedores	<u>5.391</u>	<u>8.886</u>
	<u>70.365</u>	<u>225.170</u>
<b>Não Circulante</b>		
Outras empreiteiras e fornecedores	<u>1.989</u>	<u>1.989</u>
	<u>1.989</u>	<u>1.989</u>
	<u>72.354</u>	<u>227.159</u>

**a. Obras e serviços Rodoanel**

Refere-se aos contratos de obras e serviços vinculados ao empreendimento Rodoanel Mario Covas, vide nota explicativa n.º 8 b.

**b. Internacional Marítima Ltda.**

Refere-se ao contrato, cujo objeto é a prestação de serviços de operação do sistema de travessias litorâneas e linha de navegação, sob a jurisdição da Companhia.

**c. S.E.R Serviços, Engenharia e Representações Ltda.**

Refere-se aos contratos, cujos objetos são de obras e serviços de padronização, reforma, traslado e docagem de embarcação do tipo Ferry Boat, reforma das carreiras de manutenção das travessias litorâneas, bem como os de execução de serviços de manutenção e conservação naval.

**d. Construtora Cowan S.A.**

Em 07 de novembro de 2011, foi firmado um acordo entre a Companhia e a Construtora Cowan S.A..

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia liquidou esse passivo.

**e. Encalso Construções Ltda.**

Em 18 de novembro de 2012, foi firmado um acordo entre a Companhia e a Encalso Construções Ltda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia liquidou esse passivo.

**11. Provisões para contingências**

A Companhia é parte integrante de ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis, comerciais e outros assuntos.

*Em milhares de Reais*

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

	<b>2014</b>		<b>2013</b>	
	<b>Provisão</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisão</b>	<b>Depósitos judiciais</b>
Trabalhistas	21.831	15.983	24.352	17.563
Tributárias e previdenciárias	150.248	31.117	138.350	30.855
Cíveis				
Desapropriações	618.081	1.140	566.600	412
Fornecedores	-	-	249	1.876
Contratos de empreiteiras (Medições/Atualização monetária sobre contratos de empreiteiras)	214.026	1.392	275.396	690
	<b>1.004.186</b>	<b>49.632</b>	<b>1.004.947</b>	<b>51.396</b>

**Movimentação dos processos no período**

	<b>01.01.2013</b>				<b>2013</b>				<b>2014</b>				
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Atualizações</b>	<b>Acordos</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo</b>	<b>Atualizações</b>	<b>Acordos</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo final</b>	<b>Atualizações</b>	<b>Acordos</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo final</b>
Trabalhistas	22.436	10.965	(4.185)	(4.864)	24.352	2.347	(4.413)	(455)	21.831				
Tributárias e previdenciárias	210.131	19.729	(1.320)	(90.190)	138.350	12.025	(127)	-	150.248				
Cíveis													
- Desapropriações	622.944	142.730	(460)	(198.614)	566.600	77.462	(21.337)	(471.550)	151.175				
- Fornecedores	249	-	-	-	249	-	(249)	-	-				
- Contratos de empreiteiras (Medições/Atualização monetária sobre contratos de empreiteiras)	282.224	55.954	(62.782)	-	275.396	1.661	(16.197)	(46.834)	214.026				
<b>Sub - total</b>	<b>1.137.984</b>	<b>229.378</b>	<b>(68.747)</b>	<b>(293.668)</b>	<b>1.004.947</b>	<b>93.495</b>	<b>(42.323)</b>	<b>(518.839)</b>	<b>537.280</b>				
Desapropriações - Convênios	-	-	-	-	-	466.906	-	-	466.906				
<b>Total</b>	<b>1.137.984</b>	<b>229.378</b>	<b>(68.747)</b>	<b>(293.668)</b>	<b>1.004.947</b>	<b>560.401</b>	<b>(42.323)</b>	<b>(518.839)</b>	<b>1.004.186</b>				

As contingências tributárias e previdenciárias referem-se basicamente a processos relativos à IPTU e ISSQN.

*Em milhares de Reais*

As contingências de desapropriações referem-se às demandas judiciais para a discussão dos valores das indenizações pagas nos processos de desapropriação de terrenos para a construção de rodovias. Para os processos pendentes de julgamento final, a Administração utilizou-se da estimativa dos valores, baseado em estudo técnico e histórico dos valores indenizados. Conforme nota explicativa n.º 2 (f), no exercício de 2014, a Companhia efetuou uma mudança de prática contábil relativo ao reconhecimento das provisões passivas para contingências de desapropriações vinculadas aos Convênios.

As contingências com empreiteiras no montante de R\$ 214.026 que incluem, substancialmente, as discussões judiciais sobre a atualização e correção monetária decorrentes do reequilíbrio financeiro dos contratos, ocorrido durante o Plano Real e vêm sendo atualizadas pelo INPC mais meio por cento de juros de mora ao mês.

A movimentação no resultado da Companhia no montante de R\$ 425.344, é composta pela soma das adições no valor de R\$ 93.495, subtraindo as baixas no valor de R\$ 518.839.

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis avaliadas pelo departamento jurídico da Companhia como sendo de risco possível no montante estimado de R\$ 1.770.966 (um bilhão, setecentos e setenta milhões, novecentos e sessenta e seis mil reais) em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.527.737 em 31 de dezembro de 2013) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## **12. Benefícios a empregados**

A Administração da Companhia decidiu adotar a política contábil de reconhecimento dos programas de benefícios pós-emprego, avaliada pelo método da Unidade de Crédito Projetada, de acordo com as orientações CPC-33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia suporta um plano de assistência à saúde para seus colaboradores e dependentes, contratado junto a Operadora privada NOTREDAME, devidamente habilitada pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar. De acordo com a Lei nº 9656/98, os colaboradores que vierem a se aposentar na Companhia tem direito a manter sua vinculação ao plano de forma vitalícia, caso tenha contribuído por mais de dez anos, ou temporária. Há um subsídio indireto em favor dos aposentados e dependentes, visto que o prêmio é único, estabelecido para toda a massa populacional da companhia. Segundo a norma CPC-33 - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia deve reconhecer essa obrigação indireta, para tanto baseando-se em avaliação atuarial específica e independente.

*Em milhares de Reais*

A avaliação, realizada pela empresa ASSISTANTS LTDA., habilitada junto IBA – Instituto Brasileiro de Atuária sob nº CIBA-68, adotou o Método da Unidade de Crédito Projetada – UCP, utilizando as seguintes premissas técnicas:

<b>HIPÓTESES ATUARIAIS E FINANCEIRAS</b>	
<b>HIPÓTESES ECONÔMICAS</b>	<b>2014</b>
Taxa anual de juro atuarial real	6,14%
Taxa anual de inflação projetada	6,4%
Taxa esperada de retorno nos ativos	N.A.
Taxa anual real de evolução salarial	N.A.
Taxa anual real de evolução custos médicos até 59 anos	3%
Taxa anual real de evolução custos médicos após 59 anos	3%
Taxa real de evolução de benefícios	N.A.
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	N.A.
Fator de capacidade (benefícios e salários)	N.A.
<b>HIPÓTESES ATUARIAIS</b>	
Taxa de rotatividade	7,82% a.a.
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000
% de casados na data de aposentadoria	80%
Diferença de idade entre titular e cônjuge - Inativos	4 anos
Idade de Aposentadoria	60 anos

Os resultados apurados, para os exercícios findos em 31/12/2014 com base nas hipóteses e considerações descritas anteriormente foram os seguintes:

<b>PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO (Valores em R\$)</b>	
	<b>2014</b>
<b>ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES</b>	
<b>Obrigações com Benefícios Projetados no Início do Exercício</b>	14.965
Custo do Serviço	385
Benefícios pagos/adiantados	-
(Ganhos) ou Perdas atuariais	10.193
<b>Obrigações Atuariais no final do Exercício</b>	25.543
<b>ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS</b>	
<b>Valor dos Ativos no Início do Exercício</b>	-
Retorno Investimentos	-
Contribuições Arrecadadas	-
Benefícios Pagos	-
Ganhos/(Perdas) Atuariais	-
<b>Valor dos Ativos Financeiros no final do Exercício</b>	-
<b>OBRIGAÇÃO LÍQUIDA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	25.543

**DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A***Em milhares de Reais*

TRATAMENTO CONTÁBIL DOS GANHOS E PERDAS DO EXERCÍCIO - 2014	EM R\$
Perdas ou (Ganhos) nas Obrigações	10.193
Parcela a ser Ajustada ao Resultado	1.865
Parcela a ser Ajustada em ORA - Outros Resultados Abrangentes	8.328

Para o Exercício de 2015 foram projetados os seguintes valores de agregação a obrigação acima:

CUSTO PERIÓDICO - Projeção para 2015	EM R\$
Custo do Serviço	479
Juros - Benef. a Conceder	2.621
Juros - Benef. Concedidos	533
(-) Contribuições de Participantes	-
(-) Retorno dos Ativos Financeiros	-
Outros	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.633</b>

### 13. Partes relacionadas

As operações e saldos com partes relacionadas compreendem aquelas já divulgadas nas notas explicativas e compreendem as seguintes partes: o Governo do Estado de São Paulo, seu principal acionista, e seus demais agentes conforme abaixo:

A Secretaria Estadual de Logística e Transportes, o Departamento de Estradas de Rodagem – DER e a Fazenda do Estado de São Paulo, vide notas explicativas nº 8 (a), (b), (c), (d) (e), (g), (h), (i) e (j).

As remunerações dos Administradores referem-se às obrigações de curto prazo e podem ser assim demonstradas:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Honorários da Diretoria Executiva	1.138	1.131
Honorários do Conselho de Administração	624	593
Honorários do Conselho Fiscal	148	148
Gratificações a Diretores e Conselheiros	<u>297</u>	<u>253</u>
Remuneração dos Administradores	<u>2.207</u>	<u>2.125</u>

## 14. Patrimônio líquido

### a. Capital Social

O capital social autorizado, conforme Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 03 de junho de 2008, é de R\$ 22.067.886 (vinte e dois bilhões, sessenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e seis mil reais).

O montante integralizado até 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 10.675.743.

Face os prejuízos historicamente acumulados, no exercício de 2014, a Companhia efetuou uma redução de Capital, no montante dos prejuízos acumulados.

Como resultado dessa operação, o Capital Social da Companhia passou de R\$ 10.675.743, para 1.862.659.

A posição acionária no capital da Companhia é como segue:

<b>Acionistas</b>	<b>Nº de ações (mil)</b>	<b>%</b>
Fazenda do Estado de São Paulo	12.098.638.630	99,999999
Outros	<u>158</u>	<u>0,000001</u>
	<u>12.098.638.788</u>	<u>100</u>

### b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### c. Reserva para contingências

Em 31 de dezembro de 2014, foi constituída reserva para contingências, em razão da retenção do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76. Tal reserva foi constituída em face de não realização do referido lucro, bem como futuramente deverá ser utilizada/revertida para absorver perdas futuras e/ou prejuízos recorrentes.



## **15. Instrumentos financeiros**

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores de mercado em virtude da natureza e prazo de vencimento desses instrumentos.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

### **a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros – Valor Justo**

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalente de caixa, clientes, adiantamento a funcionários, créditos com órgãos do governo, depósitos judiciais, fornecedores e dívidas junto a órgãos do governo.



## DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A

*Em milhares de Reais*

Ativos financeiros	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2014	31/12/2013 (ajustado)	31/12/2014	31/12/2013 (ajustado)
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	48.650	835	48.650	835
Outros investimentos	480.912	694.158	480.912	402.209
Contas a receber	5.063	2.765	5.063	2.765
Outros créditos	4.558	6.044	4.558	6.044
<b>Não Circulante</b>				
Créditos com órgãos do Governo	2.191.663	1.833.583	2.191.663	1.833.583
Depósitos judiciais	49.632	51.396	49.632	51.396
Outras contas a receber	7.978	13.276	7.978	13.276
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	70.365	225.170	70.365	225.170
Outras contas a pagar	4.285	28.446	4.285	28.446
<b>Não Circulante</b>				
Fornecedores	1.989	1.989	1.989	1.989

### Hierarquia de valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia.

- Nível 1 – preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 – para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercado atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

**Mensuração do valor justo**

	<b>2014</b>	<b>Mercados Similares Nível 2</b>
Ativos financeiros		
Circulante		
Outros investimentos	480.912	480.912
	<u>480.912</u>	<u>480.912</u>

	<b>2014</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
	<b>Empréstimos e recebíveis</b>			
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	48.650			48.650
Outros investimentos		480.912		480.912
Contas a receber	5.063			5.063
Outros créditos	4.558			4.558
<b>Não Circulante</b>				
Créditos com órgãos do Governo	2.191.663			2.191.663
Depósitos judiciais			49.632	49.632
Outras contas a receber	7.978			7.978
	<b>Outros ao custo amortizado</b>			
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	70.365			70.365
Outras contas a pagar	4.285			4.285
<b>Não Circulante</b>				
Fornecedores	1.989			1.989



## DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A

Em milhares de Reais

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis (ajustado)	2013		Total (ajustado)
		Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	835			835
Outros investimentos		694.158		694.158
Contas a receber	2.765			2.765
Outros créditos	6.044			6.044
<b>Não Circulante</b>				
Créditos com órgãos do Governo	1.833.583			1.833.583
Depósitos judiciais			51.396	51.396
Outras contas a receber	13.276			13.276
	<b>Outros ao custo amortizado</b>			
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	225.170			225.170
Outras contas a pagar	28.446			28.446
<b>Não Circulante</b>				
Fornecedores	1.989			1.989

### b. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

## 16. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Atualmente a Companhia possui também um seguro de cobertura secundária da modalidade de responsabilidade civil de diretores e administradores.

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 49.522 (quarenta e nove milhões quinhentos e vinte e dois mil reais) para danos materiais, entretanto, o seguro para responsabilidade civil de diretores e administradores não foi renovado, tendo em vista que o processo foi fracassado.

## 17. Avais, fianças e garantias

A Companhia prestou garantias aos seus credores, cujos montantes em 31 de dezembro de 2014 eram de R\$ 32.956 (trinta e dois milhões, novecentos e cinquenta e seis mil reais), conforme segue abaixo:

	<b>2014</b>
Edificações	20.815
Bens móveis	249
Veículos	47
Embarcações	<u>11.845</u>
	<u>32.956</u>

## 18. Receita Operacional

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Arrecadação de Pedágios	65.323	60.517
Prestação de serviços	3.619	3.674
Outras receitas	<u>4.802</u>	<u>6.591</u>
(-) Deduções – Impostos	(2.522)	(2.719)
	<u>71.222</u>	<u>68.063</u>

## 19. Despesas operacionais

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Gerais e administrativas	(22.011)	(23.880)
Pessoal	(57.874)	(61.833)
Remuneração dos administradores – nota n.º 13	(2.207)	(2.125)
Manutenção	(893)	(844)
Baixas investimentos – Rod. Caminho do Mar	-	(16.529)
Ressarc. despesas incorridas Convênios – nota 8 (e)	<u>53.926</u>	<u>45.450</u>
	<u>(29.059)</u>	<u>(59.761)</u>

## 20. Resultado Financeiro

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Despesas Financeiras		
Dívida Fazenda do Estado SP	-	(25.585)
Acordo Construtora Cowan nota n.º 10 (d)	(4.718)	(10.893)
Acordo Encalso Construções Ltda nota n.º 10 (e)	(482)	(992)
Descontos concedidos – termo de ajuste nota n.º 8(a)	-	(152.606)
Demais Juros	<u>(2.159)</u>	<u>(3.866)</u>
	<u>(7.359)</u>	<u>(193.942)</u>
Receitas financeiras		
Juros	2.260	9.129
Variações monetárias ativas	494	401
Juros incorridos – termo de ajuste nota n.º 1(a)	-	331.164
Descontos obtidos acordos	<u>2.138</u>	<u>6.307</u>
	<u>4.892</u>	<u>347.001</u>
	<u>(2.467)</u>	<u>153.059</u>

## 21. Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía saldos de prejuízos fiscais a compensar e base negativa da Contribuição Social:

	<b>R\$</b>
Prejuízos fiscais - saldo em 31.12.2013	5.901.517
(+) prejuízo fiscal – 2014	103.983
<b>a. Prejuízos fiscais - saldo em 31.12.2014</b>	<b>6.005.500</b>
Base negativa de Contribuição Social – saldo em 31.12.2013	6.400.124
(+) base negativa de contribuição social – 2014	104.280
<b>b. Base negativa de Contribuição Social – saldo em 31.12.2014</b>	<b>6.504.404</b>



**DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A**

*Em milhares de Reais*

A compensação dos prejuízos fiscais de Imposto de Renda e da Base Negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

Não foram constituídos os respectivos créditos tributários diferidos, pois a Companhia não possui expectativa de lucro tributável futuro.

\*.\*